

# A “encantada” Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo: reflexões acerca do fenômeno turístico numa abordagem antropológica

Madian de Jesus Frazão Pereira

## Resumo

Identifica-se como uma “encantada” ilha maranhense, a Ilha dos Lençóis, é apropriada através de uma multiplicidade de discursos que exaltam o exotismo como atrativo turístico, enfatizando-se a rica biodiversidade local e os “mistérios” que a cercam. Chama-se a atenção para o fato de o imaginário sobre o lugar e seus habitantes, revestido da “encantaria sebastianista” (seu patrimônio cultural *par excellence*), e de um rico patrimônio natural serem arregimentados no discurso do ecoturismo. O estudo promove uma visibilidade da Antropologia do Turismo.

## Palavras chave

Ilha dos Lençóis. Patrimônio. Ecoturismo. Imaginário.

## Abstract

It is identified as an “enchanted island” from Maranhão State, the Ilha dos Lençóis, is appropriate through a multiplicity of speeches enhance the exotic as tourist attractive, emphasizing it rich local biodiversity and the “mysteries” surround it. It is called attention for the fact of the imaginary on the place and its inhabitants, coated of the “encantaria sebastianista” (its cultural patrimony *par excellence*), and of a rich natural patrimony, to be organized in the speech of the ecotourism. The study promotes a visibility of the Anthropology of Tourism.

## Keywords

Ilha dos Lençóis. Patrimony. Ecotourism. Imaginary.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui-se numa tese sobre algumas questões que desenvolvi em minha tese de doutorado (PEREIRA, 2007), que enveredam por reflexões teóricas na área da Antropologia do Turismo, por meio da qual busco apreender o processo de construções simbólicas sobre o patrimônio da Ilha dos Lençóis, situada no litoral ocidental do Estado do Maranhão. Considera-se o patrimônio dessa ilha maranhense, com ênfase em construções simbólicas que a designam como uma “ilha encantada”<sup>1</sup> e como um “lugar” com características singulares<sup>2</sup> consideradas elementos atrativos para empreendimentos que propalam o conceito de desenvolvimento sustentável.

A Ilha dos Lençóis congrega ricas características simbólicas e naturais que vêm sendo arregimentadas nos discursos do ecoturismo e das Unidades de Conservação,

que podem ser percebidos, por exemplo, através da análise de matérias de divulgação sobre a região, elaboradas por empreendedores do setor turístico, gestores municipais e estaduais, bem como por jornalistas. Tais questões emergem no momento em que a Ilha dos Lençóis é apresentada como vitrine num dos pólos de ecoturismo do Estado do Maranhão e como integrante de uma Reserva Extrativista, mais especificamente da RESEX Marinha de Cururupu<sup>3</sup>; processos que tomam fôlego a partir do ano de 2000 e que, embora não elaborados conjuntamente, se interpenetram em vários momentos, como demonstro ao longo da minha tese.

Pertencente ao arquipélago de Maiaú<sup>4</sup>, no município de Cururupu, a Ilha dos Lençóis é uma ilha costeira que tem como um dos pontos mais marcantes o seu imponente conjunto de dunas, que formam 70% de sua cobertura. Localiza-se na área das

1. A Ilha dos Lençóis é considerada uma ilha encantada, enquanto lugar privilegiado para morada de El Rei Dom Sebastião, figura histórica, morto em batalha contra os mouros, nos campos de Alcácer-Quibir, na África, no ano de 1578. Segundo a crença messiânica, difundida em várias partes do Brasil, Dom Sebastião, o jovem rei de Portugal, não morreu, ele haveria se encantado com todo o seu reinado, por sortilégio dos mouros, numa ilha (provavelmente marcada por muitas dunas à semelhança do deserto marroquino onde ocorrera a batalha), e que um dia ele há de emergir do fundo do mar, onde está sediado seu palácio de riquezas, para instaurar seu Império e distribuir bens materiais para os seus adeptos.

2. As construções simbólicas são plurais e partem de diversos segmentos que designam a ilha como “encantada” e misteriosa. Temos as simbologias dadas pelos próprios moradores locais, as que são representativas da religiosidade local, sobretudo pelo Tambor de Mina (religião afro-brasileira predominante no Maranhão) e as que são divulgadas pela mídia e por propagandas turísticas, que, de uma maneira geral, vêm veiculando matérias sobre a “excentricidade da Ilha dos Lençóis.

3. Criada pelo decreto presidencial de 02 de junho de 2004, a Reserva Extrativista de Cururupu está localizada nos Municípios de Cururupu e Serrano do Maranhão, Estado do Maranhão, com área aproximada de 185.046,592 ha (cento e oitenta e cinco mil quarenta e seis hectares e quinhentos e noventa e dois centiares) de áreas terrestres de manguezais e águas territoriais brasileiras. A Reserva Extrativista Marinha de Cururupu conta com 2600 famílias. Abrange 15 ilhas (Mangunça, Caçacueira, Peru, São Lucas, Valha-me-Deus, Guajerutiva, Lençóis, Ponta Seca, Porto Alegre, Retiro, Bate-Vento, Porto do Meio, Mirinzal, Iguará e Beiradão). (BARROS, [2005]).

4. O arquipélago de Maiaú é composto pelas ilhas: Maiaú (mais conhecida como Bate-Vento), Porto do Meio, Aracajá, Mirinzal, Retiro, Mulata, Parida, Iguará, Jabaroça, Urumaru, Cajualzinho e Lençóis.

Reentrâncias Maranhenses<sup>5</sup> que se estende por 12 mil quilômetros quadrados. Essa imensa região, recortada por baías, enseadas, ilhas e manguezais, tem grande valor para as aves, especialmente as migratórias continentais, que a utilizam no seu período de invernada, conferindo à região o “status” de Reserva Hemisférica de Aves Limícolas e Área Úmida de Importância Internacional – Sítio Ramsar<sup>6</sup>. Por suas características peculiares, esta ilha torna-se um foco atrativo para o ecoturismo.

Os discursos oficiais sobre ecoturismo giram em torno da idéia de que as ilhas cururupuenses - inseridas no ecossistema de florestas de manguezais - têm uma “vocação natural” para esse empreendimento, sendo a Ilha dos Lenç ois apresentada como a principal atração turística do referido pólo (conhecido regionalmente como Floresta dos Guarás), por contar com uma “beleza exótica” e por ser famosa pelos seus “mistérios”.

A Ilha dos Lenç ois   revestida de um rico imaginário por ser considerada “encantada”, enquanto morada do “encantado” Rei Sebastião, e por abrigar uma comunidade de pescadores, com cerca de 400 habitantes, que pode ser considerada *sui generis* pela presenç a significativa de quase 3%

de albinos em sua população, onde todos os nativos, albinos e não-albinos, se autodenominam como “filhos do Rei Sebastião”.

Falar em Ilha dos Lenç ois   vivificar o imaginário sobre a presenç a de um sebastianismo singular que se apresenta na vertente da Encantaria<sup>7</sup>, expressa num rico imaginário. Seja no discurso de jornalistas, de literatos, seja no discurso de pescadores, de fiéis das religiões afro-brasileiras, muito já se comentou sobre o “encante” da ilha: relatando-se que muitas pessoas de l  já viram El Rei D. Sebastião em sua forma humana, ou em forma de um animal, mais precisamente de um touro negro; que na praia   possível encontrar objetos de ouro, mas que ninguém deve ousar retir -los de l , pois eles pertencem às riquezas do Rei Sebastião; e que a conhecida toada de caráter messiânico – “*Rei,   Rei, Rei Sebastião, quem desencantar Lenç ois, vai abaixo o Maranhão*” – aponta que no momento em que Rei Sebastião se desencantar, o seu reinado emergir  e a ilha de São Luís, capital do Maranhão, submergir . Além de tudo isso, o alto  ndice de albinismo verificado na “ilha encantada” suscitou diversas interpretações imaginárias<sup>8</sup> sobre a comunidade local.

Pela sua imponente est tica, além de ser uma “ilha encantada”, a Ilha dos Lenç ois,

5. Chamo a atenção para que não se confunda a Ilha dos Lenç ois com o Parque Nacional dos Lenç ois Maranhenses, que se localiza na porção oriental do Estado, ocupando uma área de 155 mil hectares, e que vem se consolidando como o carro-chefe do turismo no Maranhão.

6. Ramsar   uma Convenção sobre Zonas  midas. O Brasil ratificou a Convenção em 24 de Setembro de 1993.   considerado o 4  país do mundo em superfície na Lista Ramsar. Possui sete Zonas  midas consideradas Sócios de Importância Internacional - Sócios Ramsar, o que equivale a 6.356.896 ha.

7. O sebastianismo na Ilha dos Lenç ois está presente na vertente da Encantaria, isto  , o gentil ou fidalgo Dom Sebastião surge como Rei Sebastião, encantado no mundo do fundo, como uma entidade de cultos afro-brasileiros relacionada com a pajelança amazônica.

8. A imprensa sensacionalista, de uma maneira geral, utiliza a expressão “os filhos da Lua”, para se referir aos albinos da Ilha dos Lenç ois, com o intuito de “vender” uma imagem do exotismo.

quando retratada pela literatura, pelos meios de comunicação, por relatos de visitantes disponibilizados na internet, por exemplo, é apresentada sob os adjetivos: “misteriosa”, “fantástica”, “isolada”, “paradisiaca”.

A simbologia da “encantaria sebastianista” na “Praia de Lençóis”<sup>9</sup> tem um peso muito forte nas representações e visão de mundo dos ilhéus que acreditam que o Rei Sebastião é o “dono do lugar”, e por isso o respeitam. O sistema de representações, símbolos e mitos com o qual a comunidade de pescadores de Lençóis opera e que dá sentido à sua organização social é muito rico, o que, de alguma forma, tentamos analisar em outros trabalhos (PEREIRA, 2000; PEREIRA, 2007). Por ora, para as pretensões deste artigo, procuro identificar algumas representações que de alguma forma contribuem na elaboração de atrativos aos visitantes que se lançam a conhecer a “ilha encantada”.

Todavia, um elemento que não posso deixar de chamar a atenção refere-se a uma informação obtida na Ilha dos Lençóis, ainda no final da minha pesquisa referente ao mestrado<sup>10</sup>, quando, no processo de familiarização com questões gerais sobre a comunidade, me deparei com aspectos curiosos sobre a “encantaria sebastianista”; entre os principais, o de que o Rei Sebastião estaria transferindo-se para

outra localidade, pois a “natureza” do Rei Sebastião seria o mistério, seguro em lugar isolado e preservado, pois só assim continuaria “encoberto” como “ele” deseja.

Esse dado chamou-me bastante a atenção, porque dá elementos para a reelaboração do mito sebastianista, a partir de aspectos exógenos que estão intimamente relacionados à discussão sobre mudança cultural. Com isso, suponho que o desdobramento do mito pode abrir um rico diálogo com as categorias ecoturismo, sustentabilidade, patrimônio e identidade, além de suscitar a investigação sobre a relação *insiders/outsideers* – entre os “de dentro” (nativos e moradores que se instalaram na ilha há bastante tempo) e os “de fora” (sobretudo, visitantes atraídos pelo potencial turístico) – pela qual pode se analisar se há a idéia de que o mal vem de fora.

Com o projeto de divulgação do ecoturismo na Ilha dos Lençóis, já se verifica que o “exotismo” está sendo evidenciado como atrativo para os turistas. Resta saber como os nativos estão re-elaborando suas posições nesse novo cenário, com vistas não só à manutenção da biodiversidade local, mas muito mais em defesa de seu patrimônio cultural. Uma das formas de se perceber essa problemática já pode ser vista na própria re-elaboração da principal base mítica da localidade, que é a crença na “encan-

9. “Praia do Lençol” ou “Praia de Lençóis” são os termos mais populares, utilizados sobretudo pelos ilhéus, referentes tanto ao povoado quanto à parte desabitada da ilha.

10. Entre os anos de 1998 e 2000, fiz pesquisa de campo e elaborei a dissertação de mestrado intitulada “O imaginário fantástico da Ilha dos Lençóis: estudo sobre a construção da identidade albina numa ilha maranhense” (PEREIRA, 2000). Através desse empreendimento, trabalhei com o entrelaçamento de temáticas como corpo, imaginário e “encantaria sebastianista”, na Ilha dos Lençóis. Ao longo do trabalho, procurei esmiuçar as duas denominações que são fundamentais na construção desta comunidade: 1) “os filhos da Lua” – criação de fora, sobretudo de repórteres, a qual os ilhéus (albinos e não-albinos) rejeitam, pois consideram-na uma concepção negativa, que os estereotipa numa imagem de anormalidade; 2) “os filhos do Rei Sebastião” – vertente da Encantaria, aceita por eles, na qual se pensam coletivamente nessa descendência mitológica cujo imaginário marca uma filiação com o “dono da ilha”.

taria sebastianista”, que designa que a Ilha dos Lençóis abriga no “mundo do fundo”, debaixo de suas areias, o palácio do Rei Sebastião. Observa-se, porém, que os nativos falam de uma possível transferência do Rei Sebastião para um lugar vizinho a Lençóis, o Morro Três Irmãos, na praia do Farol de São João<sup>11</sup>, pelo fato de o morro mais alto de Lençóis, que era a morada do Rei, ter baixado, e por conta do aumento do número de habitantes e do aumento de visitantes (turistas, repórteres, fotógrafos). A partir disso, considere pertinente elaborar uma pergunta de partida para dar impulso ao processo de investigação referente ao doutorado: será que esta reestruturação do mito constitui-se numa estratégia local, pela qual determinados atores sociais da localidade, através de suas crenças e visão de mundo, primam pela natureza local, pelo ideal de pureza de origem, isto é, considerando prejudicial a entrada de elementos estranhos?

Atavés desse questionamento inicial, embora não aprofundado aqui, sinalizo para a possibilidade de vários desdobramentos teóricos e questões emergen-

tes que podem ser apreendidos a partir de uma abordagem antropológica do turismo, tais como: o jogo sobre as identidades dos anfitriões; a apreensão do turismo como vetor de alteridade, como fator de mudança social e cultural no seio da comunidade local; e a manipulação de marcas simbólicas, por meio da qual pode-se indagar os processos de abordagem sobre o “outro”.

Percebendo-se o fenômeno do turismo, e mais especificamente do ecoturismo, dentro da “plataforma de defesa”, ou mesmo da “plataforma de adaptação” (conforme a tipologia apontada por JAFARI, 1990<sup>12</sup> *apud* BANDUCCI JR., 2001), isto é, enfatizando os efeitos positivos no que se refere a aspectos tanto econômicos como sócio-culturais, algumas abordagens tenderiam a considerar viável uma estratégia de ecoturismo, onde, através da conservação do patrimônio natural<sup>13</sup> e cultural, se conseguiria garantir o bem estar dos moradores locais e de seus descendentes. Nessa perspectiva nota-se que o ecoturismo é apresentado pelos empreendedores, seja do poder público, seja da iniciativa

11. Farol da Marinha, um dos mais antigos do Brasil (inaugurado em 1884), em funcionamento até os dias atuais, localizado na Ilha de Maiaú, distante da Ilha dos Lençóis cerca de vinte minutos em travessia de barco..

12. Jafari (1990) elaborou uma tipologia sobre o debate acerca do turismo após a Segunda Guerra Mundial. Nessa tipologia são identificadas quatro posturas básicas definidas como “plataformas”. Além da “plataforma de adaptação”, que envolve concepções ditas alternativas como o ecoturismo, existem outras plataformas, a saber: “plataforma de defesa”- visão extremamente otimista da atividade turística, enaltecida pelos empreendedores como fonte de riqueza, trabalho e renda, sem apontar para problemas sociais e ambientais; “plataforma de advertência” – postura extremamente crítica, que aponta como empreendimento turístico ocasiona graves problemas sociais e ambientais; e “plataforma de conhecimento” – objetiva a “formação de um corpo científico do conhecimento sobre turismo”, de forma holística. (JAFARI, 1990 *apud* BANDUCCI JR., 2001).

13. Na região do pólo ecoturístico aqui trabalhado foram criadas cinco Unidades de Conservação (UCs), são elas: a Área de Proteção Ambiental (APA) das Reentrâncias Maranhenses, a Reserva Extrativista do Quilombo do Frechal, parte da APA da Baixada Maranhense, o Parque Estadual Marinho do Parcel de Manoel Luis, e a Reserva Extrativista Marinha de Cururupu. .

privada, como um dos únicos meios pelo qual entrariam divisas para as comunidades receptoras, além de ser uma atividade, como acreditam os seus mais entusiastas defensores, que possibilitaria trocas culturais entre visitantes e visitados.

Por outro lado, muitos autores, empenhados na construção e consolidação das abordagens ligadas à Sociologia do Turismo e à Antropologia do Turismo, questionam o argumento de que o turismo seja um instrumento de compreensão entre os povos. No caso do turismo alternativo, “exótico”, o que mais se vê evocar é uma “[...] ‘síndrome do zoo’: uns e outros se observam. O nativo se torna um espetáculo e um tema de fotografias.” (KRIPPENDORF, 1989, p. 113).

O diálogo com esta visão crítica é interessante para se perceber como se dá a construção de um mercado simbólico do exotismo que propaga a imagem da Ilha dos Lençóis no projeto de desenvolvimento do ecoturismo na região. Nessa construção vem à tona o mito do paraíso perdido, através da idéia da natureza intocada (DIEGUES, 2004), o que faz crescer um consumo visual do meio ambiente atrelado à ilusão do primitivismo.

Nas linhas que se seguem, procuro trazer à discussão como determinados elementos simbólicos da Ilha dos Lençóis são re-elaborados como atrativos turísticos. Para falar sobre isso considero pertinente discorrer sobre como o fenômeno turístico passou a ser objeto de interesse das ciências sociais, sobretudo da antropologia, o que nos força a pensá-lo em conexão com

a sociedade e o processo cultural, e não simplesmente como processo econômico.

## 2. ANTROPOLOGIA E TURISMO

O turismo, o maior fenômeno de deslocamento voluntário da história da humanidade<sup>14</sup>, tem chamado a atenção de vários estudiosos em diferentes áreas. Há vários estudos realizados por geógrafos, economistas, sociólogos, e bacharéis em turismo, cada um analisando um aspecto diferente e com diferente nível de profundidade e análise. E só mais recentemente os antropólogos passaram a fazer parte dessa seara.

Trata-se de um fenômeno muito interessante porque envolve o deslocamento de pessoas, que passam a ser habitantes temporários numa localidade diferente da qual residem, ocasionando o contato de diferentes culturas, o que traz de volta à cena a questão-chave da antropologia: a alteridade.

Os estudiosos que vêm analisando o turismo sob a ótica da antropologia enfatizam que tal campo de estudo ainda é uma novidade, pois de certa forma houve muita resistência dos antropólogos em considerá-lo como um objeto legítimo a ser investigado. De acordo com Picard e Michaud (2001), o domínio de pesquisas na área de antropologia só foi reconhecido verdadeiramente a partir de 1976, com um seminário internacional sobre “o impacto social e cultural do turismo”, sob a coordenação conjunta do Banco Mundial e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

14. Segundo Banducci Jr. e Barreto (2001), cerca de 600 milhões de pessoas se deslocam anualmente de um país para outro (dados referentes ao controle realizado pelas companhias aéreas e aos controles de fronteiras).

Sendo assim, cabem as seguintes indagações: Como explicar que o campo sobre o turismo nas ciências sociais esteve ocupado pela economia, pela geografia humana e, num insignificante degrau, pela sociologia, sem que a antropologia reagisse? Por que a maioria dos antropólogos ficaram mudos diante de um objeto eminentemente contemporâneo, de natureza cultural, que traz à tona o encontro de identidades como a humanidade jamais conheceu?

Valem aqui as reflexões de Picard e Michaud (2001) que observam que desde vários decênios, os etnólogos/antropólogos foram pioneiros em detectar múltiplas implicações do turismo para com as sociedades que eles estudam, porém eles sempre se recusaram a incluir de maneira explícita suas observações em suas publicações científicas. As objeções que se levantam sugerem que estudar o turismo não podia ser sério. Havia um pensamento de que se o turismo é uma atividade fútil, o seu estudo também o seria.

A explicação para essa omissão pode ser encontrada em diversos aspectos. Nos anos de 1960, criou-se a expectativa de que o turismo seria um fator de desenvolvimento para os países do terceiro mundo. Segundo Crick (1989) *apud* Banducci Jr. (2001, p. 24), é nesse período que o Banco Mundial e as Nações Unidas passam a recomendar e a incentivar a implantação da indústria do turismo “nos mais diversos recantos do mundo, sobretudo nos países ditos em desenvolvimento, enquanto a ONU decreta 1967 como o Ano Internacional do Turismo”. Esse quadro funcionou como um alibi aos etnólogos, os mais radicais, a conceber a presença de turistas sobre seu território como o produto de relações de dependência e de exploração àqueles que eles se recusam a estar associados, salvo a ado-

tar uma atitude deliberadamente crítica a seu encontro. Por outro lado, a intrusão de turistas sobre o terreno dos antropólogos é habitualmente percebida como uma perturbação. Os antropólogos não querem de maneira nenhuma que os autóctones os confundam com turistas. Ainda mais que no imaginário popular, o turista é “o idiota da viagem”, pois ele é comumente dependente e distraído.

A marca dos estudos antropológicos nessa área consiste em abordar o fato turístico não como objeto primeiro da pesquisa, mas sim como um fenômeno orgânico que promove a análise das implicações do turismo pelas sociedades locais em relação com questões de mudança cultural causada pela interação turística imediata, do jogo sobre a identidade dos anfitriões se representando aos visitantes, da produção de um quadro moderno sobre o “outro”; enfim, todos os elementos que causam variações no discurso identitário.

Mais do que nunca estamos diante de um novo tipo de fato social total (MAUSS, 1974), isto é, de um fenômeno que pode ser apreendido sob diversos pontos de vista (histórico, econômico, sociológico, antropológico, psicológico, etc.), além de ter uma dimensão rizomática, conforme a proposta de Deleuze e Guattari (1980), aplicada por Barreto (2000, p. 20):

O turismo é um fenômeno que cresce e se espalha no tempo e no espaço de forma bastante incontrolável e imprevisível. A cada momento e em cada lugar em que o fenômeno turístico se produz, ocorre uma série de relações que sempre são, em algum grau, diferentes e nunca totalmente previsíveis.

Não resta dúvida de que o turismo é um fato social do nosso tempo, e que faz parte das necessidades criadas pelo mundo

moderno. É o fenômeno que mais tem dominado a área do mundo do lazer, configurando-se como atividade econômica de grande expressividade<sup>15</sup>. Na sociedade global de consumo, já não se pode mais fechar os olhos para essa nova aspiração dos incluídos, que é “fazer turismo”. Como diz Urry (1996, p. 19): “Ser turista é uma das características da experiência ‘moderna’. Não ‘viajar’ é como não possuir um carro ou uma bela casa. É algo que confere *status*, nas sociedades modernas, e julga-se também que seja necessário à saúde”.

Nesse sentido, o turismo, tanto como as férias e as viagens, devem ser temas levados a sério pelos cientistas sociais, pois envolvem questões plurais da contemporaneidade. Ressalta-se ainda que existem vários tipos de turismo, vários tipos de viajantes, e que determinado tipo de deslocamento sugere um tipo específico de viajante com suas demandas e percepções singulares.

Se, por um lado, a área da Antropologia do Turismo não tenha ainda se tornado tão significativa em nosso *métier*, por outro, é inegável que muitos antropólogos têm debatido o tema da viagem, já que, não nos esqueçamos, a viagem faz parte do “mito de origem” da constituição da Antropologia. Conforme Labate (2000, p. 60):

Quando pensamos em “viagem”, inevitavelmente despontam, de algum modo, imagens inerentes à própria idéia do que seja “antropologia”: a noção de viagem está presente no imaginário da disciplina enquanto tal; existe um parentesco entre “viajar” e o fazer

antropológico. O próprio “mito de origem” da disciplina está ligado à idéia de viagem: dos primeiros viajantes-informantes e naturalistas do século XVII ao postulado malinowskiano da pesquisa de campo como um deslocamento em busca do outro.

Um dos primeiros temas que vêm para a arena é a discussão da própria analogia da viagem com o trabalho do antropólogo. O próprio ritual de aceitação do antropólogo na academia durante muito tempo esteve atrelado a uma pesquisa de campo que deveria ter como uma das características principais um encontro com uma cultura diferente da sua e, então, teria que se despir dos seus valores e tentar compreender a cultura do outro. No cerne desse ritual coloca-se o ponto da suspensão de códigos da cultura de partida e tenta-se mergulhar durante um período limitado na cultura alheia. Depois de um estado de “liminaridade”, que se caracteriza com a fase que se dá, como aponta Geertz (2005) sobre o trabalho do antropólogo, “estando lá” (*being there*), que é a fase da pesquisa de campo, há um processo que completaria o nosso rito de aceitação como antropólogo, que se caracterizaria como um certo retorno triunfal, ao que Geertz denomina como segunda etapa da investigação que consiste em se trabalhar fora da situação de campo, trazendo uma massa de dados para serem mais profundamente analisados “estando aqui” (*being here*), no contexto urbano e das instituições universitárias, no qual o ato de escrever “...cumpre

15. De acordo com dados da OMT (Organização Mundial do Turismo), o turismo tem se consolidado como a principal atividade econômica de muitos países e como um setor de crescimento rápido em termos de entrada de divisas e criação de emprego. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org/aboutwto/esp/menu.html>>. Acesso em 15 set. 2004.



sua mais alta função cognitiva.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 23).

Sem dúvida, um ponto a ser destacado que envolve o tema das viagens e a antropologia é o conceito de liminaridade. Vários autores são unânimes em ressaltar que o processo de viagem, enquanto um deslocamento temporário, implica para aquele que viaja um estado de suspensão. Ou seja, no estado onde as entidades liminares não se situam aqui nem lá (VAN GENNEP, 1978; TURNER, 1974), há uma “liberação da estrutura social rotineira”, ocasionada por um forte contraste com as experiências cotidianas, onde os viajantes, afastados de sua casa, penetram no território alheio, cuja estada é *on the road*, e os costumes do “outro” expressam sua condição liminar, para depois, então, retornar e reintegrar-se à sua terra de origem (ORTIZ, 1997).

Contudo, quando falamos em turismo, é preciso que se especifique que tipo de motivação fez com que determinado tipo de turista se deslocasse do seu local de origem para um outro, tendo como um dos objetivos principais “experenciar” um momento de ócio. Essa é uma questão de suma importância que nos remete à tipologia de turistas e à sua ligação (reforço ou quebra) com a categoria de liminaridade, que passo a analisar para enfocar um tipo de turista da contemporaneidade que vai em busca, tanto quanto eu (enquanto antropóloga), de um lugar como a Ilha dos Lençóis, permeada por ricas características naturais, culturais e simbólicas.

Dessa forma, pode-se dizer que na Ilha dos Lençóis o caráter de liminaridade da viagem pode ser trabalhado, pois até o presente momento o que há na localidade é a visita-

ção de “exploradores/alternativos” (sobretudo repórteres, pesquisadores, estudantes universitários, mochileiros e velejadores), considerados, em certo sentido, aventureiros.

O tema das viagens envolve o conceito de afastamento, de ruptura com a rotina; e no caso do turismo, segundo Urry (1996, p. 28), “[...] a característica principal parece ser a de que existe uma diferença entre o lugar normal de residência/trabalho e o objeto do olhar do turista”.

Porém, há turistas que não vivenciam de forma profunda esse tipo ideal binário entre o ordinário/cotidiano e o extraordinário, principalmente quando está em questão o turismo convencional ou de massa, que de maneira genérica proporciona ao turista, mediado pelas agências de viagens, visitas, segundo a formulação de Boorstin (1964), sob a proteção da “bolha ambiental”. Essa bolha seria formada pelos aparatos que os agentes de viagens proporcionam para que o turista se sinta em casa, isto é, tentam padronizar um estilo de hotel (estilo americano) que promova um certo conforto, procurando isolar o turista de um impacto com a estranheza. O objetivo, então, passa a ser o de familiarizar o turista com o ambiente que o cerca e o hospeda.

Dessa maneira, ao fazermos referência à noção de liminaridade com a temática do turismo, é necessário especificar a categoria de turistas de que estamos falando, pois para Ortiz (1997) por exemplo, quando o risco, um dos traços constitutivos da viagem, é minimizado, sobretudo pelo aparato das agências turísticas, que possibilita ao turista a “oportunidade de sentir-se em casa”, descartou-se aí o sentido da viagem como rito de passagem<sup>16</sup>.

16. Até o ano de 2003 ainda não se caracterizava na Ilha dos Lençóis a presença de modalidades de turistas que têm sua viagem definida por terceiros no que se refere à hospedagem, ao transporte, às refeições.

Segundo Giddens (1991), na “supermodernidade”, os sujeitos e objetos circulam em escalas cada vez maiores, e o tempo e o espaço são “desencaixados” de seu conteúdo concreto. Existem dois tipos de desencaixe: 1) criação de fichas simbólicas (dinheiro, cartões de créditos); 2) estabelecimento de sistemas peritos (excelência técnica, competência profissional). Esses elementos dependem da confiança. Assim, em relação às viagens, cada vez mais os riscos e as incertezas do deslocamento são diminuídos por meio de um conjunto de experiências codificadas.

De acordo com a tipologia de Cohen (1972) *apud* Wearing e Neil (2001), há quatro tipos de turistas: os turistas de massa organizados, os turistas de massa individuais, os exploradores, e os sem-destino – estes últimos também chamados de turistas alternativos, conforme tradução encontrada na obra de Burns (2002). Os turistas de massa organizados ou individuais querem conforto e nunca mergulham em um meio ambiente estranho, já que a familiaridade é uma preocupação fundamental para eles. O turista de massa individual difere ligeiramente do turista de massa organizado pelo fato de que sua viagem não é totalmente pré-planejada.

As duas últimas categorias são explicitadas da seguinte forma:

Os exploradores e os sem-destino se diferenciam pelo grau em que se comunicam,

interagem e aprendem com a comunidade receptora. O explorador é semelhante ao ecoturista, já que ambos viajam individualmente e procuram ‘fugir da rotina’. Embora ambos abandonem a ‘bolha ambiental’, o explorador, ao contrário do ecoturista, muitas vezes requer acomodação confortável e transporte confiável.

O último tipo de turista definido por Cohen (1972) é o sem-destino. Este se aventura muito além da rotina e mergulha inteiramente nos costumes e na cultura da comunidade, experiência e novidade é da mais alta importância e desaparece toda necessidade de familiaridade. [...] Esse tipo de turista é semelhante ao ecoturista, pois está motivado pela vontade de ‘experenciar’, mas não viaja necessariamente para experimentar os cenários das áreas naturais. (WEARING; NEIL, 2001, p. 205)

Seguindo a orientação dessa tipologia, pode-se dizer quais categorias de turistas são predominantes em Lençóis: os exploradores e os alternativos/sem-destino. Os primeiros são os velejadores de várias partes do mundo que aportam por lá geralmente em suas confortáveis embarcações, dependendo muito pouco da infra-estrutura local; os segundos são pessoas, sozinhas ou em pequenos grupos, que buscam o ineditismo, o “diferente”.

Fazendo uma ligação da idéia de viagem enquanto um rito de passagem e o

ções e ao entretenimento. Tudo era negociado na própria Ilha, exceto o transporte de ida. Havia um intenso regateio, negociação direta, sobretudo com os proprietários das duas pequenas pousadas que haviam na localidade. Atualmente, já existem agências de viagem que fazem pacotes ecoturísticos para o Pólo Floresta dos Guarás e, em especial, para a Ilha dos Lençóis, com hospedagem pré-definida na única pousada (exclusivamente com fins comerciais neste setor), em funcionamento, no momento, na Ilha: o Ecolodge “Filhos da Lua”. Por seu turno, existe uma outra forma de hospedagem que está se esboçando, com a iniciativa de nativos, em especial de um casal, que construíram cômodos em sua residência, com o propósito de alugar diárias, com ou sem refeição.

viajante enquanto um neófito desse rito, passo agora a identificar um aspecto que põe em xeque a visão romântica desse encontro com o “outro”.

Burns (2002) analisando os três componentes essenciais dos ritos de passagem, como propõe Van Gennep (1978) – separação, liminaridade e incorporação – que visam a mudança de categoria social ou a intensificação, o reforço, questiona se a função do turismo no “retorno para casa” não seria então reforçar o sentimento coletivo e a integração social. E Krippendorf (1989, p. 113) vai ainda mais longe, ao afirmar que as viagens muitas vezes confirmam e até mesmo reforçam preconceitos: “Os outros são pobres, mas felizes. Despreocupados e hospitaleiros. Mas, naturalmente, um tanto desorganizados, não muito limpos, pode-se até dizer que sujos, de qualquer forma, extravagantes, preguiçosos e pouco inteligentes”.

### 3. ECOTURISMO E EXOTISMO EM QUESTÃO

Para a proposta do trabalho aqui apresentado, procuro transcender a noção de turismo de forma genérica e costurar as diretrizes que norteiam a noção de ecoturismo e ecoturista nos dias de hoje, e por que tal setor tem se desenvolvido<sup>17</sup> de forma considerável.

Utilizo aqui como fonte de análise primária a noção de ecoturismo<sup>18</sup> dada pela EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo). Por meio do seu documento *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*, de 1994, conceituou ecoturismo como:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio de interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (BRASIL, 1994, p. 19)

De uma maneira geral, o que constitui hoje uma concepção sobre ecoturismo envolve os seguintes objetivos: identifica-se como uma atividade econômica; promove o uso sustentável dos recursos; busca a conscientização ambiental; envolve as populações locais.

Há um enfoque muito grande sobre a natureza como motivação principal da viagem. Por seu turno, essa motivação deverá promover tanto a conservação quanto a fruição da natureza, colocando no centro dos discursos sobre o ecoturismo a sua preocupação com a degradação ambiental, o impacto sobre as comunidades locais e a necessidade de um gerenciamento turístico responsável, engajado na questão da sustentabilidade<sup>19</sup>.

17. Segundo a OMT, para cada dez empregos gerados, dois estão diretamente relacionados à atividade do turismo, sendo o ecoturismo a modalidade que apresenta maior crescimento – 20% ao ano, enquanto que o turismo convencional registra um crescimento de 7,5% .

18. Hector Ceballos-Lascurain é amplamente reconhecido como o primeiro a usar o termo ecoturismo. Segundo Wearing e Neil (2001, p. 6) “O termo apareceu escrito pela primeira vez na edição de março/abril de 1984 da *American Birds*, como propaganda para uma atividade turística dirigida por Ceballos-Lascurain.”

19. Discussão pautada no conceito de desenvolvimento sustentável, nos termos do Relatório Brundtland, identificado como “... aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1988, p. 46).

Considero que além de se fazer uma abordagem conceitual sobre ecoturismo, faz-se mister tentar captar qual o perfil do ecoturista, isto é, do viajante que se diferencia do turista de massa convencional e que também está em busca de uma experiência em contato com a natureza e com uma realidade diferente do seu cotidiano.

Geralmente, os ecoturistas buscam obter informações a respeito do ambiente local antes de sua viagem. Eles retêm uma maior quantidade da informação fornecida pelo guia a respeito do meio ambiente do que os turistas convencionais, pois viajam para vivenciar ambientes naturais, e de certa forma, buscam ter um conhecimento sobre essas áreas. Em busca de serviços personalizados, viajam muitas vezes sozinhos ou em pequenos grupos e na maioria das vezes viajam com uma certa frequência.

Numa outra perspectiva, os turistas convencionais viajam com o intuito de satisfazer suas necessidades de lazer e recreação, sem colocar em evidência a preocupação com a preservação dos ambientes visitados. Estes turistas são considerados passivos, pois esperam que coisas interessantes aconteçam para eles.

A respeito dos papéis desempenhados pelo ecoturista e pelo turista convencional sobre o ambiente físico visitado, Wearing e Neil (2001, p. 207) sustentam que:

De preferência, o ecoturista adota um local de destino no estágio de “descoberta e aparcerimento” do ciclo de vida do produto turístico de destino’. Isso significa que o ecoturista é um “explorador” ou alguém que procura uma área selvagem ou não devastada em busca dos bens naturais e culturais dessa região antes que outros tenham a oportunidade de causar um impacto evidente. Ao contrário, o turista convencional se envolve com um local de destino que

apresenta todos os estágios do ciclo de vida após a descoberta inicial e o estágio de surgimento. Porém, a conclusão lógica da inserção do ecoturismo dentro do ciclo de vida do produto turístico de destino é a inevitável saturação e o declínio da área a partir do surgimento do turismo convencional logo que ela seja ‘descoberta’. Então, é realmente importante que os ecoturistas e os turistas convencionais comportem-se de modo diferente se o resultado final da entrada do ecoturismo em um local será a invasão final pelo turismo de massa e, conseqüentemente, a destruição da região?

Chama-se atenção para o fato de que os ecoturistas quando em grupos podem perder a aura de viajantes “ecologicamente corretos”, já que podem provocar impactos semelhantes aos de grupos de turistas convencionais sobre o ambiente físico. E, então, o sucesso do ecoturismo pode significar seu fracasso.

Os turistas convencionais viajam em busca de descanso, de recreação, e não estão efetivamente preocupados com a ruptura com o familiar. Eles não levam em consideração o mundo “real” em torno deles. Dessa forma, são envolvidos em “pseudo-acontecimentos”, conforme a formulação de Boorstin (1964), em que “os promotores de turismo e as populações nativas são induzidos a produzir exibições cada vez mais extravagantes para o observador de boa-fé que, por sua vez, se afasta cada vez mais da população local” (URRY, 1996, p. 23).

Contrariando a visão de Boorstin, sobre a inautenticidade e superficialidade da vida moderna, MacCannell (1976) diz que o turista é uma categoria da modernidade que personifica a busca da autenticidade, só que buscando em outros “lugares”, dis-

tanciados de sua vida diária, nos termos de um “peregrino contemporâneo”, só que ao invés de prestar homenagem a um único centro sagrado, como faz o peregrino religioso, “o turista presta homenagem a um enorme centro de atração”.

A meu ver, essa busca de autenticidade atrelada à concepção de peregrinação só é compatível a determinados tipos de turistas que têm motivações diferenciadas dos grupos de turismo convencional. Entre as motivações principais, pode-se citar a busca por lugares pouco explorados, “semi-úrgens”, por lugares repletos de lendas, de mistérios, e muitas vezes isso implica percorrer um trajeto difícil, e que envolva um certo grau de risco.

De forma geral, os ecoturistas (e outras categorias entre os “alternativos”) não ficam alheios aos problemas dos locais visitados. Alguns procuram conversar com os nativos, mas poucos percebem as reais dificuldades enfrentadas pela comunidade. Em pesquisa realizada por meio de questionário, constatei que a maioria dos visitantes da Ilha dos Lençóis<sup>20</sup>, quando apontam pontos negativos em sua avaliação sobre a localidade, referem-se muito mais em relação a problemas ambientais na localidade, com um peso à falta de conscientização dos

moradores no trato dos mesmos (e por uma “falta” de conhecimento sobre a demanda do mercado ecoturístico), que a problemas sociais vivenciados no dia-a-dia da comunidade<sup>21</sup>. Seguem-se abaixo dois exemplos de cada situação, respectivamente:

Muito bonita, mas falta conscientizar a população de sua importância ecológica sabendo recolher seu lixo e cuidar de sua ilha. (Ecoturista, residente em São Luís, estudante universitária, 20 anos. Em: 03/08/2004)

Considerando que muitos turistas, especialmente de nível internacional são exigentes do ponto de vista das condições da saúde do ambiente, deve-se fazer um trabalho de base com a comunidade local... (Ecoturista, residente em São Luís, biólogo, 40 anos. Em: 30/07/2004)

Bonita, mas a população encontra-se abandonada pela administração pública local. Por ser uma ilha de difícil acesso deveria ter uma infra-estrutura mínima para atender urgências. (Aventureira, residente em São Luís, estudante universitária, 24 anos. Em:10/07/2004)

O lugar é realmente bonito. Fiquei impressionada com a condição de pobreza da po-

20. Essas impressões foram registradas por pessoas que responderam ao questionário que elaborei como instrumento de coleta de dados, com vistas a saber qual o perfil dos visitantes da Ilha dos Lençóis. Em uma das perguntas, solicito que a pessoa assinale uma categoria de auto-identificação enquanto hóspede na localidade. Constam as seguintes opções: visitante; viajante; turista; ecoturista; turista alternativo; aventureiro; outra. Sendo assim, coloco nos depoimentos/impressões a identificação dada por eles próprios.

21. Do total de 52 (cinquenta e dois) questionários, apenas em 7 (sete) são encontrados registros de pessoas que se sensibilizam com problemas sociais da comunidade. Na grande maioria, em 33 (trinta e três) questionários não se verifica nenhum registro de ponto negativo apontado pelo “visitante”, e em 12 (doze), tem-se o registro de pontos negativos no que se refere a problemas ambientais, sobretudo, em relação ao lixo encontrado na praia. Ou seja 13,46% - apontaram os problemas sociais, 23,07% - apontaram somente problemas ambientais, e 66,46% - não registraram qualquer ponto negativo na comunidade (posto que a localidade é vista como um “paraíso”).

pulação, embora já soubesse disso antes de vir<sup>22</sup>. De fato, a pobreza é comum em todo o Estado do Maranhão, mas as pessoas dessas ilhas estão completamente isoladas e abandonadas à própria sorte. (Ecoturista, residente em São Paulo, artesã, 38 anos. Em 17/07/2004)

A maneira mais atual de manter uma interlocução, uma troca de informações sobre viagens, é o que vem ocorrendo na *internet*, onde os incluídos digitais podem registrar suas experiências em sites especializados em viagens ou em seus próprios *blogs*, ou ainda em *fatologs*. Muitas dessas viagens aparecem como troféu, isto é, algo muito difícil que foi atingido e merece uma exaltação. Como, por exemplo, percebe-se nas seguintes expressões: “Olhem, eu estive nesse lugar. [...] Vocês não imaginam o perrengue que é pra chegar lá. [...] Mas valeu a pena. É o paraíso na Terra”.<sup>23</sup>

E, dessa maneira, ao considerar a viagem como um ritual, após o período de suspensão (que é o deslocamento, a estada – temporária – no local visitado), o retorno para casa deve ser visto como uma reintegração, que até pode causar um choque cultural reverso, na medida em que os que viajaram passam a pensar no sentido da vida, nas lógicas culturais de diferentes sociedades, podendo efetivamente fazer apologia da “riqueza de uma vida simples” encontrada no “outro”, muitas vezes, longínquo. Mas, em muitos casos, eles acabam considerando a sua forma de viver co-

mo melhor do que a do “outro”, no que se refere a um bem-estar associado a bens de consumo e à utilização de serviços básicos como saúde e educação.

Retomando um ponto já ventilado, os ecoturistas se diferenciam pela busca de uma certa autenticidade. Mas acredito que, como qualquer outro segmento, estes “novos viajantes” acabam sendo alvo do mercado, pois, como nos lembra García Canciani (1983, p.29), “não existe produção de sentido que não esteja inserida nas estruturas materiais”.

No debate sobre a contemporaneidade, no contexto “pós-fordista”, há um fornecimento constante de signos e representações para serem consumidos, e a singularidade passa a ser orientadora da oferta. Substituem-se os produtos maciços, não diferenciados, e nascem os produtos específicos para segmentos concretos da população.

Trazendo para a análise sociológica do turismo, no contexto fordista, o turismo tinha por base uma oferta caracterizada pela homogeneização. O destinatário era visto como uma massa uniforme, esquecendo-se da singularidade da procura e das novas exigências. A lógica dos números predominava, incentivando um turismo de massa que em grande medida foi responsável por processos de degradação ambiental.

O turismo pós-fordista, por seu turno, entra em cena com a crise da estandardização, sentindo a necessidade de diferenciar vários estilos de turismo: turismo de

22. O descaso com as populações litorâneas do Estado do Maranhão sempre foi notório. O município de Cururupu destaca-se nesse cenário de abandono, principalmente nas questões de educação e saúde.

23. Cf. o depoimento e fotos de Regina Ramoska sobre sua viagem à Ilha dos Lençóis. Disponível em: <[http://www.ecoviagem.com.br/suaaventura/def\\_aventura.asp?codigo=36&tdia=268](http://www.ecoviagem.com.br/suaaventura/def_aventura.asp?codigo=36&tdia=268)>. Acesso em: 02 jan. 2005.

negócios; o turismo cultural; o turismo de eventos; turismo étnico; ecoturismo, turismo de aventura, entre outros. E a crescente procura de espaços singulares faz com que qualquer espaço possa ser potencialmente um espaço turístico (URRY, 1996).

Em consequência dessa abordagem, teríamos um eixo de discussão sobre o “pós-turismo”. Assim:

De acordo com Lash e Urry, para *ver* muitos dos objetos típicos do olhar não é necessário sair de casa (esse olhar pode ser exercido por meio da TV, do vídeo, da Internet...). [...] O ‘pós-turista’ sabe que o turismo é um jogo e que não existe uma experiência turística ‘única’, ‘autêntica’. Enfim, ele é ‘realista’: sabe que aquela pequena vila de pescadores não sobrevive sem o turismo... Entretanto, ‘brinca’ esse jogo de agir como turista. É, pois, autoconsciente, *cool*. (LABATE, 2000, p. 65)

Contudo, ao falarmos em ecoturismo há ressalvas a serem feitas. Ou seja, quando se fala em ecoturistas ou em viajantes exploradores/alternativos, a questão do olhar, de “estar lá”, ainda se torna muito pertinente. Querem se diferenciar dos turistas que estão adaptados à construção de “não-lugares” (AUGÉ, 1994), onde o que interessa é um espaço potencializado para o consumo de “produtos turísticos” planejados e fabricados e que são, em verdade, apenas simulacros do real.

Conforme Urry (1996, p. 18), em sua análise sobre “o olhar do turista”:

Os lugares são escolhidos para serem contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos. Tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas

não-turísticas, tais como o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os discos e os vídeos, que constroem e reforçam o olhar.

A dicotomia lugar/não-lugar ou lugar antropológico *versus* espaço, proposta especialmente por Marc Augé (1994, p. 51), é a própria expressão do esvaziamento do sentido de identidade de certas localidades, postas pelo que o autor convencionou chamar de “supermodernidade”. Penso que ao falarmos na Ilha dos Lençóis e principalmente do que é vivenciado pela comunidade, estamos diante, pelo menos por enquanto, de uma construção concreta e simbólica do espaço, o “lugar antropológico” – identitário, relacional e histórico – que “...é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio da inteligibilidade para quem o observa”.

O debate que envolve questões fatalistas sobre o futuro de comunidades tradicionais afetadas com a chegada do fluxo turístico e seus desdobramentos nos direciona a constatar que esses ambientes, em muitos casos, frágeis, são ameaçados a se transformarem em um não-lugar. As agências de viagem ao se encarregarem no fornecimento de catálogos e guias turísticos colocariam à disposição o conhecimento do objeto de consumo, a ilha e seus atrativos, o que constituiria no contato mais importante com a sociedade a ser visitada, e nesse caso, não necessariamente conhecida ou desbravada.

### 3.1 A Ilha dos Lençóis como atrativo simbólico

O empreendimento turístico nascente nesse cenário produz um produto que envolve o consumo de um sonho. O *marketing* turístico, e mais especificamente do ecoturismo, reforça o simbolismo do Éden.

No que se refere à Ilha dos Lençóis, a esfera edênica é vendida sob a marca do isolamento, do refúgio. Os discursos oficiais sobre ecoturismo giram em torno da idéia de que as ilhas cururupuenses têm uma “vocação natural” para esse empreendimento, por possuir um litoral repleto de paraísos ecológicos de rara beleza. Somos convidadas a embarcar em busca desse éden:

Imagine-se aventurando por arquipélagos<sup>24</sup> que abrigam ilhas e enseadas de impressionante beleza, usufruindo de paraísos ecológicos formado por praias extensas e desertas, dunas e morros; ou embrenhando-se numa região que abriga berçários com diversificadas e exóticas espécies de peixes, crustáceos e moluscos, com extensas florestas de manguezais. Ou ainda, vislumbrando refúgios de aves típicas da região (Guará, Marreco e Jaçanã) e migratórias, como o maçarico (que na sua trajetória do Canadá à Terra do Fogo/Argentina, pousam para se alimentar e reproduzir em alguns pontos do litoral brasileiro, como as Reentrâncias Maranhenses).

Isso não é um sonho. É o litoral de Cururupu, porta de entrada para o Pólo Turístico “Floresta dos Guarás”, distante a 360 quilômetros de São Luís. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU, 2005).

Atualmente, como é possível se perceber nesta citação, referente à propaganda realizada pela prefeitura de Cururupu, no ano de 2005, há toda uma iniciativa pa-

ra se destacar aspectos naturais da região, que fornecem atrativos para um público-alvo do setor ecoturístico e de observadores de pássaros. É um reflexo do que o governo do Maranhão indicou em seu primeiro plano de desenvolvimento do turismo – o PLANO MAIOR – Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo, concebido em 1999, “levando em consideração que, a condição básica para o crescimento turístico no Estado, está no desenvolvimento integrado dos aspectos sociais, econômicos, urbanos e na preservação dos recursos naturais.” (MARANHÃO, 2000).

Com o “Plano Maior”, o governo do Maranhão estabeleceu a regionalização do Estado em cinco Pólos para o desenvolvimento do turismo, levando em consideração os recursos naturais e sócio-culturais dos municípios que constituem cada pólo de atração, a saber: Pólo Floresta dos Guarás (Cururupu, Guimarães, Cedral e Porto Rico – litoral ocidental do Maranhão); Pólo dos Lençóis Maranhenses (Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Morros – litoral oriental do Maranhão); Pólo do Delta das Américas (Tutóia, Paulino Neves e Araióses – divisa com o Estado do Piauí); Pólo de São Luís (São Luís, Alcântara, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar); Pólo da Chapada das Mesas (Carolina, Imperatriz e Riachão – região sul do Estado).

Cada Pólo tem um potencial turístico destacado, que parte de olhares de em-

24. A frase que inicia esta propaganda, das potencialidades ecoturísticas das ilhas cururupuenses, levamos a pensar na casual coincidência com a abertura do postulado de Malinowski sobre o fundamento da pesquisa de campo como um deslocamento em busca do outro, quando, na introdução de Argonautas do Pacífico Ocidental, escreveu: “Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista.” (1978, p. 19)



preendedores que colocam em *close up* determinadas marcas da região. Assim, por exemplo, quando se fala em “Floresta dos Guarás”, há uma associação com uma das maiores regiões de manguezais do mundo, aves exóticas, e com a parte amazônica do Estado; quando se fala em “Chapada das Mesas”, há uma associação com a região de cerrado (o mais preservado da América do Sul), sobressaindo-se atrativos como cavernas, cachoeiras e rios de águas cristalinas.

No diagnóstico sobre o turismo no Maranhão, no final da década de 90, que deu subsídios para a elaboração do “Plano Maior”, foi verificado que o Estado era desconhecido dos destinos turísticos nacionais e internacionais. Com isso, atualmente, há todo um investimento para que o Maranhão seja “desbravado”. O *slogan* oficial do “Plano Maior” é bem significativo – “Maranhão: o segredo do Brasil” –, chamando a atenção dos potenciais turistas para o diferencial que o Estado possui: algo ainda considerado escondido ou guardado, e por isso valioso.

Mas antes da consolidação do “Plano Maior”, os discursos de um incipiente turismo na região aqui estudada não faziam referência ao Pólo Floresta dos Guarás, e toda a atenção girava em torno das ilhas cururu-puenses como refúgio de belezas naturais e de mistérios, por possuir um litoral que “... esconde tesouros, lendas e santuários ecológicos – preservados e sem ação predatória do homem. São ilhas-praias encantadoras.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU, 1999). E ao nome da Ilha dos Lençóis, logo se associava à imagem do exotismo. Podemos analisar o seguinte exemplo:

Fala-se tanto de paraísos terrestres – pedaços de terra privilegiados no planeta que têm um pouco do dedo de Deus. Lugares onde a natureza é generosa. Não é apenas o pano de fundo de um cotidiano, mas um cenário marcante e presente na vida das pessoas que ali residem ou dos que lhes visitam. Cururupu, mais precisamente a sua região costeira que abriga arquipélagos com pequenas ilhas e encantadoras praias, é um desses paraísos na face da Terra! [...] São ilhas-praias encantadoras. Algumas extensas, solitárias. *Outras povoadas por colônias de pescadores e albinos, ou ornamentadas por enormes coqueiros.* Lugarejos com características próprias e de impressionante beleza, que fazem de Cururupu um dos maiores pólos de ecoturismo do Maranhão. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU, 1999). [Grifo meu].

Analisando o texto acima não é difícil se perceber em que categoria os pescadores e, de forma mais enfática, os albinos da “ilha encantada” e “encantadora” foram colocados<sup>25</sup>: um artigo natural exposto à visitação pública, quando comparados aos enormes coqueiros que ornamentam as ilhas-praias de Cururupu.

É notório que há um mercado simbólico do exotismo que está se vinculando a um mercado do naturalismo. E de uma maneira geral o que se vê ecoar na comunicação publicitária turística é o reforço de um mito, do paraíso perdido, e que o mesmo não é um sonho inacessível. Ele pode ser alcançado; basta que se eleja alguma ilha isolada, de beleza fascinante, onde se possa ter um refúgio do cotidiano.

25. Texto sem autoria.

Ecoturismo e exotismo andam juntos quando o viajante/turista busca o prazer de conhecer lugares repletos de “vida natural”, para onde se faz apelo não só à conservação do meio ambiente, como uma ação disciplinar indispensável à própria existência humana na Terra, mas também à contemplação, como objeto de visitação pública, aos seres humanos que povoam esses espaços ecológicos, como se fossem integrantes quase exclusivamente do domínio da natureza, alheios ao domínio da cultura, onde certos estereótipos (e neste caso, marcas corporais) são eleitos para a “turistização das diferenças”.

O turismo, então, em função dos lugares escolhidos para serem contemplados, torna-se “...uma das maiores seduções dos tempos modernos, sendo hoje considerado uma das atividades mais atraentes, envolvendo um conjunto grande de relações, influências, motivações, desejos e representações.” (CORIOLANO, 1997, p. 119).

O tema idílico continua a se propagar e o fascínio exercido pela praia é evocado pelo “campo da narrativa exótica”. Com efeito, sobre a Ilha dos Lençóis, todos os escritos analisados falam da beleza fantástica do lugar. E a maioria privilegia o mito sebastianista e os mistérios da Ilha. Vejamos alguns discursos captados em fontes diversas:

A visão da ilha ao amanhecer é descomunal. O Rio Retiro, mais largo e profundo, espécie de *free-way* para os barqueiros, garante um ponto de observação estratégico: como que numa miragem, dunas de areia gigantescas se levantam acima do manguezal, tomando conta do horizonte, justamente onde o rio se encontra com o Atlântico. [...]Lençóis, sem dúvida, é a mais fantástica de todas, tanto pela arquitetura de suas formas quanto pelos mistérios que a cer-

cam. (RODRIGUES in Os caminhos da Terra, mar. 1993, p. 46).

Tal qual o mito que a cerca, Lençóis uma das muitas ilhas das Reentrâncias Maranhenses, parece impalpável. Vista do ar, das janelas de um velho Sêneca que a sobrevoa, é como uma pérola luzidia em meio ao oceano, tantas e tão brancas são as suas areias. Neste pedaço do mar ocidental do Maranhão, banhado e escurecido por um incontável número de rios a fazer meandros e a criar mangues, ela salta aos olhos. Ilha-mito-miragem. (ROCHA, 1996, p. 78).

Extensos manguezais e florestas tropicais úmidas interligados por canais navegáveis, restingas, deltas e recifes de coral. Agora imagine tudo isso emoldurado por praias e arquipélagos. [...]São miragens que despontam no desenho irregular desse litoral, o mais recortado do Brasil, já em terras da Amazônia.[...] Ali confluem o bafo quente do deserto e o verde da floresta. Da memória ancestral saltam fantasiosas visões que deram origem a lendas. Numa delas aparece o rei D. Sebastião. Em noites de lua, o monarca derrotado pelos mouros toma a forma de um touro negro, com uma estrela na testa. Tudo ao ritmo do tambor de crioula e do boi de pandeiro de costa de mão. [...]Estamos na costa oeste do Maranhão, fronteira com o Pará. Bem-vindos às Reentrâncias. Bem-vindos à floresta dos guarás. (PAVONE, A Floresta dos Guarás. Disponível em <<http://www.jt.estadao.com.br/suplementos/turi/2002/01/31/turi003.htm>>. Acesso em: 26 set. 2002.)

A geografia exótica da “ilha-mito-miragem” fornece matéria-prima para a construção do imaginário fantástico, dado pela perplexidade ou deslumbramento dian-

te do diferente, contribuindo para a imaginativa popular. O que dizer então dos discursos sobre ilhas isoladas<sup>26</sup> que oferecem praias desertas, paisagens desconhecidas que abrigam um povo e sua cultura quase intocados?

O imaginário sobre as ilhas é reforçado pelas metáforas presentes na nostalgia do paraíso, pela mitologia generalizada, quase arquetípica, que vem do exterior, ampliada pela mídia e pela publicidade.

A atração pela ilha para os que moram nos continentes se dá justamente pela contraposição ao continente, este visto como um lugar que perdeu a aura de mistério. E, portanto, a ilha teria algo a ser conquistado, através de uma transposição de obstáculos, que possibilitaria o encontro com o exótico, o fantástico, o misterioso. Diegues (1998, p. 108), fazendo referência a Racault (1995) diz que:

Não é necessário que a ilha seja longínqua, nem mesmo de acesso difícil: o importante é que uma fronteira visível marque seus limites, menos como um obstáculo material que como sinal de uma alteridade. O que importa é seu distanciamento causado pelo elemento líquido que a rodeia e alimenta o sonho de uma ruptura com o universo homogêneo das leis e das normas que dirigem a vida da sociedade no continente.

O trinômio travessia-obstáculo-alteridade é colocado. O significado da travessia extrapola a questão geográfica para ser abraçada pelo campo existencial. Volta-se aqui à discussão da liminaridade. Transporta-se a outro espaço, com regras diferenciadas ou suspensão de leis a que se estava habituado, para depois se retornar ao lugar de partida.

Ao trazermos à baila a força do simbolismo, alguns questionamentos tornam-se pertinentes para a temática aqui abordada, tais como: 1) O que será que instiga na mente do leitor da “poética” do ecoturismo quando se apresenta a Ilha dos Lençóis como sendo palco de várias curiosidades, dentre as principais a do reinado de El Rei D. Sebastião que se transforma em um touro negro<sup>27</sup>, e da presença dos “Filhos da Lua”? 2) Será que ele é atraído/seduzido a ver de perto esse universo, a concretizar as imagens produzidas sejam através de fotografias e vídeos, sejam através dos seus devaneios? 3) E qual sentimento o ilhéu tem pela sua terra natal; será que há a idéia de paraíso? São questões que são desenvolvidas ao longo do trabalho.

De certo, posso afirmar que, pela pesquisa realizada (PEREIRA, 2000; PEREIRA, 2007), o imaginário sobre ilhas de difícil acesso é bastante fértil e atraente. E o

26. O acesso à Ilha dos Lençóis é muito difícil. O mesmo se dá somente de barco ou de avião mono ou bimotor. A viagem de barco dura, em média, 12 horas a partir de São Luís, capital do Estado do Maranhão, e 7 horas a partir de Cururupu.

27. A crença é que o reino sebástico está encantado na Ilha dos Lençóis e que El-Rei D. Sebastião aparece nas noites de São João, 24 de junho,

...sob a forma de um touro de cujas narinas saem chispas tão luminosas quanto o penacho que reluz na sua testa. E em desembalada carreira sai pela praia emitindo berros tremendos. E o encantamento prolongar-se-á até o dia em que alguém que testemunhe a aparição e se revista de coragem para fazer na testa do touro uma incisão de onde jorre sangue, aí então El Rei D. Sebastião se desencantará, emergindo glorioso das profundezas do mar com toda pompa de sua corte. O maremoto ocasionado por tal acontecimento fará submergir na fúria das águas a ilha de São Luís do Maranhão. (in Vagalume, jan./fev. 1989).

ecoturismo revigora uma postura romantizada construída sob o signo da nostalgia, embalada por porções da natureza geográfica que fornecem imagens “exuberantes”, “fantásticas”, “paradisíacas”, e tantas outras que povoam um imaginário acerca da existência de lugares edênicos.

O imaginário sobre a existência de ilhas paradisíacas parece povoar as mentes humanas. A sedução pelo tema paradisíaco instaurou-se com força durante a Idade Média e a era dos grandes descobrimentos marítimos, ora pensado como o éden bíblico, ora como um eldorado pagão.

Se os viajantes de outrora se aventuravam além-mar em busca do éden bíblico que se acreditava perdido em algum lugar recôndito ou de um eldorado pagão – as “Ilhas Afortunadas” que “[...] se achavam perdidas entre as águas do oceano, quase inacessíveis aos mortais...” (HOLANDA, 1994, p. 160), os viajantes atuais, como os que visitam a Ilha dos Lençóis, parecem continuar envolvidos com a busca de espaços desconhecidos, de preferência, terras distantes e isoladas, só que agora em busca de um outro tipo de “riqueza”: a possibilidade de encontrar um refúgio paradisíaco para que possam se afastar dos problemas das sociedades urbanizadas e industrializadas (conseqüência da “perda do paraíso”). Estão se aventurando a encontrar a natureza em estado “puro” onde habitem pessoas não corrompidas pela civilização, como se verifica nas seguintes impressões, registradas nos questionários sobre o perfil do visitante da Ilha dos Lençóis:

Lugar de magnetismo sem igual onde a beleza natural e a receptividade da comunidade faz com que a gente se sinta integrado a tudo e a todos. Um dos poucos lugares

que me fizeram desligar da minha vida estressante. (Visitante, residente em São Luís, professora, 30 anos. Em:12/07/2004)

É um lugar lindo!As pessoas são tranquilas e amáveis. A comida é saudável e nunca falta. Apesar da cansativa viagem. Sempre vale a pena. (Ecoturista, residente em São Luís, professora, 24 anos. Em: 13/07/2004)

A Ilha dos Lençóis é altamente atrativa pelo seu contraste com a cidade: interação com os nativos, o “modus vivendi”, a segurança, além dos atrativos naturais. Aqui parece ser um eterno domingo! (Turista alternativo, residente em São Paulo, auditor fiscal, 50 anos. Em: 20/08/04)

Ilha maravilhosa com pessoas puras e excelentes com sua simplicidade, ilha mágica pelas suas crenças, mitos. (Ecoturista, residente em São Paulo, figurinista, 27 anos. Em: 26/08/2004)

Se há por um lado questões sobre a natureza do espaço, há também questões sobre as gentes que ocupam esse espaço. O foco central continua sendo a busca desse “outro”. A busca se dá ou como forma de exploração ou como forma de reflexão e anseio por um “retorno” a uma vida mais natural.

Nesse sentido, o turismo pode servir para a valorização dos referenciais culturais locais? Ou a consolidação de destinos turísticos é possível apenas pela adaptação a padrões considerados desejáveis mercadologicamente?

Uma discussão interessante que é ventilada por Diegues (2000, p. 27) é sobre os vários olhares na construção da paisagem, e mais especificamente da ilha, que

em muitos casos se dão de forma conflituosa. Assim, tem-se:

o olhar das populações urbanas ou as elites, marcado pela noção do estético e do belo; o olhar dos cientistas, que vêem nela um conjunto de habitats e o olhar das populações locais, sobretudo as rurais. Para essas últimas, a paisagem é sobretudo o *lugar onde vivem*, o espaço construído material e simbolicamente, herdado dos antepassados e sujeito a transformações provenientes tanto dos fatores naturais, como dos humanos e até dos sobrenaturais.

O estético e o paradisíaco são espaços privilegiados pelas elites urbanas; ao passo que o território, o lugar onde vivem e se reproduzem material e culturalmente é privilegiado pelas comunidades locais.

### 3.2. Motivação dos visitantes/ecoturistas

Analisando a resposta dos visitantes/ecoturistas que estiveram na Ilha dos Lençóis acerca da motivação da viagem, aparece de forma enfática o verbo “conhecer”. Isso é significativo porque remete, em certo sentido, ao que já foi falado sobre o lugar e a forma como vão se produzindo e circulando os elementos dos mercados turísticos. Não resta dúvida de que o turista é atraído pelo diferente, pelas peculiaridades que são consideradas ícones da localidade, pelo estranho, pelo mistério, ainda mais quando alocado num lugar “encantado” e também do imaginário edenista. É essa “diferença” que se quer conhecer. E embora, praticamente, todos responderem que retornariam à Ilha, é bem mais provável eles procurarem outros lugares (e mais outros...) para visitar, sendo remota a volta, pois existe uma espécie de anseio por novas conquistas.

A transitoriedade do visitante e o difícil acesso até à Ilha dos Lençóis são elementos que, no meu ponto de vista, operam de forma positiva, em defesa da comunidade, no sentido de que, pelo menos por enquanto, conseguiram evitar a exploração do turismo de massa. Há também um processo de liminaridade natural (dunas e uma fragilidade do ecossistema) e simbólica (“encantaria”), que dificulta a instalação de estruturas rígidas.

É recorrente na literatura crítica do turismo vermos autores identificarem o turista como um *voyeur*, posto que a fruição do turista consuma-se na contemplação. Como diz Meneses (1999, p. 97): “A gama diversificada de apreensões possíveis estreita-se, assim, ao limite da visão. Quase poderíamos falar de *voyeurismo cultural*. O *voyeur*, com efeito, restringe sua gratificação essencialmente à visão e não se expõe, não se compromete.”

Trago à baila a discussão sobre o “exotismo” dos albinos, com vistas a abordar um dos objetivos que tinha levantado quando da construção do meu projeto de tese de doutorado, no qual me indagava se com o advento do ecoturismo, os albinos seriam destacados no discurso da mercantilização do ecoturismo da região. Assim, o que dizer então do voyeurismo em relação aos albinos da Ilha dos Lençóis? Será que o albino pode ser considerado o nativo “típico” da localidade? Pelo levantamento que fiz com 52 visitantes que estiveram na Ilha, através de perguntas sobre motivação da viagem e o que consideram como atrativo turístico na localidade, posso afirmar que a categoria “albino” tem pouca expressividade nessa questão. Passou a ser recorrente no *marketing* turístico da região (seja de iniciativa privada ou pública) que a Ilha já abrigou a maior colônia de albinos do

mundo<sup>28</sup>; ou seja, há uma ênfase no passado, o que acaba quebrando uma expectativa de “ver o exótico”, que em outros tempos já foi mais forte.

O que tenho percebido é que o enfoque tem sido diferente em esferas específicas. Ou seja, nos textos elaborados pelo marketing do governo não se tem dado destaque para a questão da alta incidência de albinos na Ilha (fala-se das belezas naturais e da lenda do “touro encantado”); já nos textos elaborados por empreendedores do setor privado, há uma chamada para se conhecer um lugar de beleza singular, repleto de mistérios, entre os quais, encontra-se a presença (ou o imaginário) dos “Filhos da Lua”; e nos que são elaborados em forma de reportagens ou de depoimentos, há mais destaque, de um certo modo sensacionalista, sobre essas pessoas “descoloridas”. Vejamos esses exemplos, respectivamente:

A Floresta dos Guarás fica no litoral ocidental do Maranhão. É um espetáculo de cor e natureza que serve de entrada para a Amazônia. Lá, habitam as aves com plumagem de um vermelho intenso que dão nome ao local. Uma das maiores belezas da Floresta é a Ilha dos Lençóis, no município de Cururupu. Inteiramente formada de areia, apresenta cenários deslumbrantes; e uma lenda, a do Touro Encantado. Segundo ela, o Rei de Portugal, Dom Sebastião, que desapareceu na luta popular contra os mouros, vive ali na forma de um touro encantado. (Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/turismo/noticias.php?Id=187>> . Acesso em: 02 jan. 2005)

[...] as Reentrâncias Maranhenses, se estendem por 12 mil quilômetros quadrados e formam uma imensa região recortada por baías, enseadas, ilhas e manguezais. [...] A principal atração turística na região é a Ilha dos Lençóis, no litoral de Cururupu. Com uma beleza exótica o lugar oferece praias, dunas e lagoas cristalinas, é famosa por seus mistérios. Os quase 300 habitantes acreditam que lá vive um rei encantado conhecido por Dom Sebastião, que aparece nas noites de lua cheia, transformado em touro gigante. No dia em que um homem for corajoso o suficiente para feri-lo na estrela brilhante que ostenta na testa, o encantamento se desfaz e o rei e toda a corte dele surgirão com todo o esplendor. A Ilha também é conhecida como “Ilha dos Filhos da Lua”. Ali viveu, durante muitos anos, a maior colônia de albinos do mundo. (Disponível em: <[www.ilhadocaju.com.br/ecoturismo/html/ecoturismo.htm](http://www.ilhadocaju.com.br/ecoturismo/html/ecoturismo.htm)>. Acesso em 26 de set. 2002)

O Maranhão é uma terra de alma negra. Disso não há dúvida. As tradições africanas, trazidas na pestilência do navio negreiro, criaram raízes profundas na cultura regional, transformando o Estado num pedaço de Mãe África no Brasil. [...] Há um lugar, porém, onde o Maranhão é, antes de tudo, branco, muito branco: na Ilha dos Lençóis, no Arquipélago de Maiaú. Para começar, o panorama é dominado pela palidez monocromática de dunas sem fim, a Morraria, segundo os locais. Os habitantes deste lugar, aliás, merecem destaque especial: são bran-

28. A revista Mundo Estranho, da editora Abril, edição de 07 de junho de 2004, reforçou o imaginário sobre o exotismo da Ilha, colocando o seguinte: “A honorífica marca de maior concentração de albinos do mundo é nossa, uhu! Ilha dos Lençóis, no Maranhão, é quem levanta a taça. Já a maior concentração de daltônicos vai para o Atol de Pingelap, na Oceania”. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/mundoestranho/>> Acesso em: 06 jul. 2004.

cos, branquíssimos, mais até que as próprias dunas. De tão brancos que são, ficaram conhecidos como os “Filhos da Lua” pelos poucos viajantes que se aventuravam pela região. (AJL. Disponível em <<http://www.terra.com.br/turismo/diario/2003/03/14/>>. Acesso em 03 jul 2003).

Um dos principais eixos da investigação diz respeito à simbolização do imaginário fantástico da Ilha dos Lençóis como um produto a ser vendido, seja no discurso de jornalistas, repórteres e literatos, seja no discurso dos empreendedores do setor turístico. Portanto, busco identificar as marcas que propiciam essa imagem do “diferente” e que estão associadas ao “mercado do exotismo”.

As propagandas que apelam para um público-alvo de ecoturistas também focalizam a cultura local (material e imaterial), associada a um discurso que a representa como uma vida simples, onde o tempo parece não passar, onde se pode ver um estilo rústico, “primitivo”, de viver. Apontam para o contraponto da vida urbana, como atrativo, haja vista a busca por um lugar idílico, bucólico, “em contato com a natureza”.

As vilas tradicionais de pescadores da Floresta dos Guarás são atrativos adicionais muito interessantes. As atividades cotidianas dos moradores, sobretudo das ilhas, incluindo a feitura de suas embarcações e o retorno dos barcos após as pescarias, podem ser vivenciadas pelos visitantes. Os rústicos estaleiros artesanais, como os de Cururupu, são locais onde a tradição da construção naval se transfere de geração para geração. (Disponível em: <[\[meioambiente.gov.br/port/sca/proeco/marranao1.html\]\(http://meioambiente.gov.br/port/sca/proeco/marranao1.html\)>. Acesso em: 03 fev. 2005\)](http://www.ministeriodo-</a></p></div><div data-bbox=)

Nesse sentido também é possível se perceber a idealização dos visitantes/ecoturistas por um lugar onde se possa presenciar uma “natureza intocada”, conforme o registro de um ecoturista que esteve na Ilha dos Lençóis: “Espero que o local fique ‘intocado’, sem maiores interferências da mão do homem”. (Em: 15/08/2004). Ou como o próprio discurso oficial coloca em seu “Plano Maior”, sobre o que visa promover no Pólo “Floresta dos Guarás”: “a vida das pessoas e sua integração com as Reentrâncias, que são parte da Amazônia”. (Disponível em: <<http://www.geplan.ma.gov.br/turismo/floresta.htm>>. Acesso em: 23 out. 2003). Volta-se à questão do discurso naturalista. Na “turistização” da diferença, natureza e cultura se confundem.

No cenário do ecoturismo, vários atores entram em cena. Os discursos passam a fazer referência a palavras de ordem como “desenvolvimento sustentável”, baseado em bens naturais e culturais de uma região destacada. Por conseqüência, novos conceitos entram no debate, como patrimônio e conservação. E sobremaneira, deve-se levar em conta que a valorização de uma determinada localidade, de um “selo de qualidade” pelas potencialidades e expressões naturais e culturais divulgadas pelo setor considerado como ecoturismo ou turismo em áreas naturais pode servir de atrativo para pessoas “de fora”, estrangeiras, invisitam na idéia de se estabelecerem no local.

Na esteira desse empreendimento, o administrador da Pousada “Filhos da

29. O administrador (sócio-proprietário da pousada) é um uruguaio que está à frente do empreendimento desde julho de 2005.

Lua<sup>29</sup> disse-me, em conversa na Ilha dos Lençóis em 11 de outubro de 2005, que o seu objetivo no setor era o turismo internacional, mais especificamente ecoturismo cuja clientela alvo seria composta por espanhóis. Desde 2006, ele mudou um pouco o foco e começou a trabalhar, sobretudo, com turistas italianos. De fato, ele considerava que o preço colocado em suas tarifas, seja no pacote completo incluindo a saída desde o local de origem do cliente, seja a partir da cidade de São Luís, com passeios inclusos, não seria tão acessível aos turistas convencionais ou aos brasileiros com baixo poder aquisitivo, posto que o ecoturismo em si seria uma atividade de lazer de alto custo. Há um certo consenso entre investidores no setor ecoturístico de que o alto custo seja mantido, para selecionar o público, evitando um turismo de massa. É um tipo de turismo caro. Então, cabe aqui a seguinte indagação: trata-se de um tipo de turismo sustentável ou excludente?

O que se identifica é que o turismo internacional é visto como uma “faca de dois gumes”. De um lado é tido como a pedra de toque do desenvolvimento, como a possibilidade da localidade receptora ser beneficiada com empregos e atrair investimentos para a localidade e para o país, de uma maneira geral<sup>30</sup>. De outro modo, também pode ser que a maior parte das verbas fique no país emissor de turistas, sem falar que a penetração de turistas estrangeiros pos-

sa se tornar num poderoso elemento modificador da estrutura social da comunidade receptora.

Entra em cena a questão de um neocolonialismo advindo com o fenômeno turístico. Para Bruner (1989) apud Labate (2000, p. 72), “[...]o Terceiro Mundo é o ‘playground do imaginário ocidental’. O autor afirma que o turismo, a etnografia e o colonialismo têm muito em comum, já que nasceram juntos – são parentes.” E nos termos de Turner e Ash (1991, p. 23), estamos vivenciando uma tendência mundial em que os “nômades da opulência” saem em busca da “periferia do prazer”. Numa crítica bem afiada, complementam com o seguinte:

La mayor parte de los países del tercer mundo han obtenido hace relativamente muy poco tiempo su independencia de las antiguas potencias imperiales. Sin embargo, el turismo constituye una industria respecto a la cual han desarrollado tal grado de necesidad que dan la bienvenida, con los brazos abiertos, a los antiguos amos y señores que los dominaron no hace tanto tiempo.

O cenário do ecoturismo, pois, pode trazer o estrangeiro como ameaça à “ordem do lugar”? É necessário se pensar na proteção do patrimônio local? Essas questões surgem não porque uma situação de perda de uma essência esteja posta de fato, mas sim como forma de se pensar conceitualmente estas categorias.

30. Muitos dos governos da “Periferia do Prazer”, como dizem Turner e Ash (1991), não dispõem de nenhuma outra alternativa industrial que tenha níveis satisfatórios de rentabilidade. Precisamente por isso são capazes de chegar a qualquer extremo para atrair as linhas aéreas, as cadeias hoteleiras e os operadores turísticos para que se instalem no país. Ministérios e secretarias do turismo são constituídos, subvencionam-se a construção de novos aeroportos e de novos complexos hoteleiros, lançam-se campanhas para sensibilizar a população para que trate melhor o turista, enfatizando-se que o turista é de vital importância para o país.



O fluxo de pessoas continua a se dar, de diferentes formas<sup>31</sup>, inclusive com a presença (mesmo que temporária) de representantes de diferentes instituições governamentais e não-governamentais. Várias expressões, projetos e novas demandas estão sendo inseridos no cotidiano dos pescadores, seja da Ilha dos Lençóis, seja de outras comunidades que lhe são adjacentes. A mobilidade e a interconexão de pessoas e palavras voltadas para um discurso que se utiliza como mote o “desenvolvimento sustentável” são notórias. Sendo assim patrimônio e identidade vêm à tona no debate que aqui se suscita.

Bens naturais e bens culturais de fato fazem parte desse cenário, mas em proporções diferentes. Chamo a atenção para que se considere em primeira instância, pela especificidade da “encantada” Ilha dos Lençóis, os bens da cultura imaterial, considerados intangíveis, haja vista que são desde o início do povoamento da localidade, os que são exaltados pelos habitantes de uma maneira geral (mesmo que não sejam expressos nessa terminologia), e reforçados no discurso de “fora”. Já os bens naturais, de inquestionável importância para reprodução física e social da comunidade, são exaltados pelos “de fora” num discurso recém construído e agora reproduzido, ainda timidamente, pelos de “dentro”, no papel de usuários da reserva extrativista.

Atrelado à noção de ecoturismo, a beleza cênica também suscita uma discussão sobre área de proteção ambiental e sobre unidades de conservação. Essa discussão remonta à invenção da figura dos par-

ques nacionais, que desde a sua demarcação, em 1872, nos Estados Unidos, é considerada uma área “dedicada e separada como um parque público de lugar aprazível para o benefício e o lazer do povo.” (DIEGUES, 1997, p. 104). Associada à idéia de proteção ambiental, o modelo de parque nacional como preservação da vida selvagem, como o “modelo Yellowstone” (DIEGUES, 2004), possui em seu ato fundador a idéia da contemplação, do lazer e, por extensão, do turismo.

Esse modelo, oriundo de uma visão “antropocêntrica”, é expresso na dicotomia entre homem e natureza, pela qual o primeiro tem direito de dominar e controlar a natureza por conta do poder científico e tecnológico entendido como legítimo por uma concepção evolucionista.

Entretanto, se no final do século XIX os objetivos estéticos e científicos que justificaram a criação das primeiras áreas protegidas – os parques nacionais – eram considerados incompatíveis com a ocupação humana em seus limites, nota-se nos dias atuais toda uma discussão acerca da valorização da permanência das populações tradicionais desde que estejam ali através de um pacto com o Estado. São novas questões que rediscutem o posicionamento de segmentos que tradicionalmente moram ou são usuários dos recursos naturais de determinada localidade/territorialidade com elevado valor paisagístico, ambiental e mesmo simbólico.

A concepção da possibilidade de se adotar um modelo de áreas protegidas mediante o controle do uso dos recursos na-

31. Há de se enfatizar que a profissão de pescadores os tornam também viajantes (ao trabalharem embarcados, fora da ilha) e também vendedores do produto excedente do extrativismo marinho. E tal deslocamento os leva a mercados, a cidades, estabelecendo, assim, contatos, trocas e aquisição de informações sobre aspectos de diferentes realidades sócio-culturais, que retornam com eles para suas comunidades

turais com a manutenção da ocupação humana começou a se esboçar a partir dos anos de 1970. Isso pode ser observado na mudança das diretrizes de organismos internacionais, particularmente da União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN), que é referência internacional das diretrizes das áreas protegidas. Na década seguinte, a UICN condicionou a ocupação ao uso sustentável dos recursos naturais, garantindo assim a prioridade da conservação (DIEGUES, 2000).

No cenário atual, vê-se cada vez mais a combinação entre o conceito de desenvolvimento sustentável e o uso sustentável de áreas protegidas e naturais. Sendo assim, é crescente e notória a concepção de ecoturismo como uma atividade bastante viável e defendida em unidades de conservação. Proclama-se, o que justificaria a sua defesa, que o ecoturismo tem por objetivo contribuir para a conservação e desenvolvimento social, com mínimos impactos sociais e ambientais sobre populações e habitats.

Sobre este aspecto, ao fazer uma leitura atenta dos documentos referentes ao processo de criação da RESEX Marinha de Cururupu, identifiquei que a mesma foi criada conjuntamente com a descoberta da área como novo destino ecoturístico do país.

As leis que regulamentam as UCs estabelecem que muitas delas são passíveis de exploração turística, e, em especial, nota-se a indicação da permissão da atividade de visitação nas unidades de uso sustentável, desde que sejam observadas as exigências e restrições legais, bem como, no caso das reservas extrativistas, os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

Há de se notar a chamada apontada nos laudos para a riqueza da região e o seu potencial turístico, e de forma mais restritiva, as

considerações expostas no laudo sócio-econômico da RESEX Marinha de Cururupu:

A região estudada sugere sob o aspecto econômico e ambiental a implantação da Reserva Extrativista Marinha, para que através da criação desta unidade de conservação que também localizada dentro do Pólo de Ecoturismo Floresta do Guará (dentro do Plano Maior de Ecoturismo para a Amazônia), possa ser desenvolvidas ações que assegurem o uso sustentável dos recursos naturais dessa região, em especial das suas áreas úmidas, importante para manutenção de seus mananciais. (BARROS, 2002, p. 47)

Na descrição das ilhas no laudo biológico da RESEX de Cururupu, consta o nome das comunidades, com o número de habitantes, com a característica principal dos aspectos naturais, e como os moradores se autodenominam. São apresentadas treze ilhas como sendo as principais que fazem parte da RESEX. A Ilha dos Lençóis se destaca na descrição, por ser a única identificada em um aspecto humano, que chama atenção por sua singularidade. Conforme o que está exposto:

Ilha dos Lençóis: ilha formada de dunas de areias de grandes dimensões, em 70% de sua superfície, conhecida localmente como as Morrarias de Dunas; em certas épocas do ano, apresenta lagoas “efêmeras”. A face oeste da ilha é formada por canal com profundidade mínima de cinco metros, que permite navegação em qualquer maré. Nesta ilha há uma comunidade de albinos, conhecidos como “Povos da Lua” ou “Filhos da Lua”, que residem na ilha há muito tempo; habitada por 412 pessoas, 48% se dedicam à pesca e extrativismo. (DISCONZI, 2002, p. 16)

No estudo sócio-econômico da referida RESEX também se vê destacar a praia de Lençóis: “ é a praia que mais recebe turistas na região [...], a beleza de suas dunas é internacionalmente conhecida, mas esse turismo ainda feito de forma desordenada tem trazido muita sujeira para sua praia e dunas.” (BARROS, 2002, p. 31).

É interessante assinalar que o processo de criação da RESEX Marinha de Cururupu é posterior ao lançamento do programa de turismo para a Amazônia Legal, no qual o município está incluído. Este programa, o PRO-ECOTUR, começou a ser traçado oficialmente na região em julho de 1999, ocasião em que o então Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, assinou um convênio com o Governo do Maranhão, garantindo o repasse de R\$ 1.340.000,00 para a fase do programa denominada de pré-investimento. Estes recursos integram a contrapartida do governo brasileiro no acordo com o BID. De acordo com o plano de trabalho aprovado pelos governo federal e estadual, o primeiro projeto implantado pelo Governo do Maranhão ficou orçado em R\$ 555.000,00, beneficiando o Pólo das Reentrâncias Maranhenses (Floresta dos Guarás), com a abertura e pavimentação de 15 quilômetros da estrada (MA 006 – trecho Cururupu/Pindobal<sup>32</sup>); elaboração de projetos básicos de água, esgoto e lixo e projeto piloto de educação ambiental. Tais etapas ainda não foram concluídas de modo satisfatório.

Mas essas considerações já trazem para reflexão a noção de que a RESEX tenha tido em seu nascimento um foco voltado para valorização do espaço com vistas a atrair o ecoturismo, tendo em vista todo o investimento que se projetou para a área. Antes de ser um empecilho ao desenvolvimento da atividade turística no Pólo Floresta dos Guarás, a criação da RESEX de Cururupu, com sua política de proteção/ conservação dos recursos naturais e culturais, pode atrair uma demanda de visitantes para a região, a qual seria composta por pessoas, que são consumidoras, mais exigentes e comprometidas com o meio ambiente e com seu papel de agente na construção de um desenvolvimento sustentável.

Nessa vertente da mercantilização do meio ambiente, vale indicar aqui as pertinentes considerações de Leff (2001, p.154) quando instiga, lembrando Baudrillard, que:

La naturaleza está siendo incorporada al capital mediante una doble operación: por una parte, se intenta internalizar los costos ambientales del progreso; junto con ello, se instrumenta una operación simbólica, un ‘cálculo de significación’ (Baudrillard, 1974) que recodifica al hombre, la cultura y la naturaleza como formas aparentes de una misma esencia: el capital. Así, los procesos ecológicos y simbólicos son reconvertidos em capital natural, humano y cultural, para ser asimilados al proceso de reproducción y expansión del orden económico, re-

32. A pavimentação foi realizada para dar acesso ao Porto de Pindobal, com o objetivo de transformá-lo na entrada principal às ilhas de Cururupu, do Pólo Floresta dos Guarás. De fato, esse porto vem sendo bastante utilizado, mas o porto do Município de Apicum-Açu continua sendo o preferido pelos pescadores para se deslocarem até a Ilha dos Lençóis. A viagem terrestre de Cururupu até o porto de Pindobal dura cerca de 45 min. A viagem de barco a partir deste porto até a Ilha dos Lençóis dura em média 4h e30 min. A viagem terrestre de Cururupu até Apicum-açu dura cerca de duas horas, e, a partir deste porto até a Ilha dos Lençóis, por volta de três horas de viagem de barco.

estructurando las condiciones de la producción mediante una gestión económicamente racional del ambiente.

Trata-se de um mercado potencializado com produtos vinculados à natureza, e a existência de uma área protegida favorece o empreendimento do ecoturismo, posto que veicula a idéia de que o atrativo natural não iria esgotar-se de imediato. Há, portanto, a idéia de resguardo, e conseqüentemente, de conservação que dá margem para o visitante pensar que sua prática é política e ecologicamente correta.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A beleza cênica, a paisagem e os recursos naturais estão em alta no discurso dos investidores do setor turístico. O Brasil, o ecoturismo é visto, tanto pelo governo, como pelos estudiosos do tema, como uma alternativa econômica com perfil de sustentabilidade e como meio para conservação dos recursos naturais e culturais, além de gerador de benefícios às comunidades locais.

Nesse sentido, cabe indagarmos se o turismo, como atividade que cada vez mais vem chamando a nossa atenção como fato social total, capaz de mobilizar importantes fatores de caráter social, econômico e cultural, pode mobilizar estratégias para a sustentabilidade, permitindo a criação de meios para a reprodução das sociedades e conservação de seus recursos não-renováveis, bem como do patrimônio cultural.

Trata-se de uma construção social, marcada por um processo simbólico de legitimação de uma identidade. O que se tem percebido é que o termo patrimônio, e mais especificamente patrimônio cultural, foi eleito como um dos ícones da revitalização da

identidade cultural, observado nos movimentos de reações locais aos efeitos da uniformização propalada pela globalização.

Quando penso sobre as “ações protecionistas” que chegam à Ilha dos Lençóis, como a criação da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, cabem as seguintes perguntas: Será que foi o ecoturismo que alavancou os projetos de sustentabilidade? Ou esses projetos poderiam ser adotados sem essa alavanca?

De que maneira o turismo pode servir para a valorização dos referenciais culturais locais? O viés mais perceptível no momento é o que nos indica que tudo parece ser passível de mercantilização, e não seria diferente com esses referenciais quando se tornam atrativos ao setor do turismo. Verifica-se que atrelada à lógica da singularidade dos bens culturais tangíveis ou intangíveis, acrescenta-se a lógica da sua valorização comercial. Assim, o patrimônio pode se tornar um produto que vai sendo arregimentado como um componente essencial do setor turístico.

Se mudanças, de fato, acontecerem positivamente na vida dessas pessoas, a instituição da RESEX pode ser percebida como um forte dispositivo para salvaguarda do patrimônio local. Considero também que essas questões podem ser estendidas para as outras comunidades que estão inseridas na RESEX de Cururupu (mas lembrando que estas têm especificidades que devem ser pontuadas).

Mas o maior desafio é daqui para frente assegurar a legitimidade do processo participativo, o que garantiria às comunidades o poder de decidirem sobre as possíveis alternativas econômicas a serem implantadas na gestão da Reserva.

O planejamento do ecoturismo, como estratégia de desenvolvimento para a re-

gião, deveria, portanto, levar em conta não só a superação das deficiências discutidas, mas também permitir um diálogo efetivo com a população residente no interior da RESEX, a fim de que as “populações tradicionais” não sejam apenas lembradas no marketing do ecoturismo, mas principalmente em seus direitos e, principalmente, como tomadores de decisões.

## Nota sobre a autora

Madian de Jesus Frazão Pereira é professora adjunta do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. Membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), vinculado à UFMA.

## Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

BANDUCCI JR., Álvaro. Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: BANDUCCI JR., A.; BARRETO, Margarita (Orgs.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus, 2001, p. 21-47. (Coleção Turismo).

BARRETO, Margarita. As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: SERRANO, Célia et al. (Org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 17-36. (Coleção Turismo).

BARROS, Kátia Regina Aroucha. *Reservas extrativistas: instrumento de conservação e desenvolvimento sustentado*. São Luís: Centro de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) Maranhão; IBAMA, [2005]. Folder (Série: Venha mais).

\_\_\_\_\_. *Laudo socioeconômico da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu*. São Luís: IBAMA, 2002.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; Ministério do Meio Ambiente de Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994. Disponível para download em: <<http://www.ibama.gov.br/ambtec/secao.php?cds=388&SearchActive=1>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

BOORSTIN, Daniel. *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Harper, 1964.

BRUNER, Edward M. Of cannibals, tourists, and ethnographers. *Cultural Anthropologist*, v.4, n.4, p. 438-455, 1989.

BURNS, Peter M. *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.39, n. 1, p. 13-37, 1996.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988. (Relatório Brundtland).

COHEN, Erik. Towards a sociology of international tourism. *Social Research*, v. 6, n. 1, p. 164-182, 1972.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Da sedução do turismo ao turismo de sedução. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo, modernidade, globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 119-135.

CRICK, Malcom. Representations of international tourism in the social sciences: sun, sex, sights, savings, and servility. *Annu. Rer. Anthropol.* n.18, p. 307-344, 1989.

DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

DIEGUES, Antônio C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 5. ed. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/USP, 2004.

\_\_\_\_\_. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário.** São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/USP, 1998.

DISCONZI, Gislane. **Laudo biológico da reserva extrativista marinha de Cururupu.** São Luis: IBAMA, 2002.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor.** 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GIDDENS, Antony. **As conseqüências da modernidade.** 2. reimp. São Paulo: UNESP, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

JAFARI, Jafar. Research and scholarship. The basis for tourism education. **The Journal of Tourism Studies**, v. 1, n.1, p. 33-41, mai. 1990.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LABATE, Beatriz Caiuby. A experiência do viajante-turista na contemporaneidade. In: SERRANO, Célia et al. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo.** Campinas: Papyrus, 2000. p. 55-80. (Coleção Turismo).

LEFF, Enrique La insoportable levedad de la globalización: la capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. **Rev. Venez. de Eco. y Ciências Sociales**, 2001. v. 7, n. 1, p.149-160, (ene.-abr.).

LENÇÓIS. **Vagalume**, São Luís, v. 2, n. 1, jan./fev. 1989, 24 p. Suplemento cultural do Diário Oficial. SIOGE.

MACCANNEL, D. **The tourist: a new theory of the leisure class.** Nova York: Scheken Books, 1976.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MARANHÃO (Estado). Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão: plano maior.** São Luís: GEPLAN, 2000.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. Pt. 1: Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas, p.37-184. v. 2.

MENESES, Ulpiano T. B. de. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo et al. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 88-99.

ORTIZ, Renato. **Um outro território.** São Paulo: Olho d'Água, 1997. cap. 1, p. 25-43.

PAVONE, Antônio Paulo. **A Floresta dos Guarás.** Estadão. Disponível em: <<http://www.jt.estadao.com.br/suplementos/turi/2002/01/31/turi003.htm>>. Acesso em: 26 set. 2002

PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. **O imaginário fantástico da Ilha dos Lençóis: estudo sobre a construção da identidade albina numa ilha maranhense.** Belém, 2000, 163 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará.

\_\_\_\_\_. **O patrimônio da ilha encantada do Rei Sebastião: bens simbólicos e naturais da Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo e das unidades de conservação.** João Pessoa, 2007, 260 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba.

PICARD, Michel, MICHAUD, Jean.  
Présentation: tourisme et sociétés locales.  
*Anthropologie et Sociétés*, v. 25, n. 2, 2001.  
Disponível em: <<http://www.ant.ulaval.ca/anthropologieetsocietes/2001-2.html>>.  
Acesso em: 22 set. 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU.  
**Cururupu: paraíso ecológico.** Secretaria de Turismo, Trabalho e Assistência Social/ Assessoria de Comunicação Social, 2005. (Folder)

\_\_\_\_\_. **Cururupu: um amor de natureza,** [S.l.: s.n.], 1999. (Folder)

RACAULT, J. M. et al. **L'Insularité: thématique et représentations.** Paris: Harmattan, 1995.

REENTRÂNCIAS MARANHENSES. **Ilha do Caju.** Ecoturismo. Disponível em: <[www.ilhadocaju.com.br/ecoturismo/html/ecoturismo.htm](http://www.ilhadocaju.com.br/ecoturismo/html/ecoturismo.htm)>. Acesso em: 26 de set. 2002.

ROCHA, Ana Augusta. **Ilha de Lençóis (MA): a encantada = Lençóis, the enchanted island.** In: ROCHA, Ana A.; LISKER, Roberto. **Brasil aventura 3: ilhas: paraísos na terra = islads: paradises on earth.**/Texto Ana Augusta Rocha; fotografia Roberto Lisker. São Paulo: Terra Virgem, 1996.

RODRIGUES, Otávio. **Filhos da lua. Os caminhos da Terra,** São Paulo, p. 45-49, mar. 1993.

TRIGO, Luís Gonzaga G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo.** Campinas: Papyrus, 1998. cap. 1, p. 11-39.

TURNER, Louis; ASH, John. **La horda dorada: el turismo internacional y la periferia del placer.** Madrid: Endymion, 1991

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura.** Petrópolis: Vozes, 1974.

\_\_\_\_\_. Variations on a theme of liminality. In: MOORE, S. F.; MYERHOFF, B. G. (Eds.). **Secular Ritual.** Assen/Amsterdam: VanGorcum, 1977. p. 36-52.

URRY, Jonh. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1996. (Coleção Megalópolis)

VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem.** Petrópolis: Vozes, 1978.

WEARING, Stephen. NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades.** São Paulo: Manole, 2001.

RECEBIDO EM: 27/08/09

APROVADO EM: 17/12/09